

Justiça barra escola cívico-militar

Apeoesp questionou implantação do programa paulista, que já conta com 304 unidades interessadas no modelo

DESÃO PAULO

A Justiça de São Paulo suspendeu a implementação do programa Escola Cívico-Militar do Governo do Estado, após pedido de liminar do Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (Apeoesp). A decisão do desembargador Figueiredo Gonçalves valerá até que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgue a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) do tema.

Das mais de 5 mil escolas da rede estadual, 304 demonstraram interesse na adoção desse modelo - 12 são da Baixada Santista. A Secretaria da Educação diz que não foi notificada da decisão da Justiça e não iria se pronunciar.

Na ação, a Apeoesp sustenta que a lei que criou o programa padece de "vício formal", pela ausência de "competência legislativa concorrente do Estado para tratar sobre diretrizes e bases da educação".

No entendimento de Gonçalves, o programa "parece legislar" e invadir a competência da União. "Ao dispor sobre organização escolar, estabelecendo programa que impõe modelo pedagógico de escola cívico-militar, a lei parece legislar sobre diretrizes da educação escolar. Isso poderia invadir competência da União". Gonçalves também justi-



Escola cívico-militar no DF: desembargador entendeu que SP invadiu competência da União sobre ensino

fica que policiais militares na reserva serem selecionados como monitores escolares violaria a Carta Política Federal, que estabelece funções próprias dos profissionais - como policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, sem possibilidade de se atribuir outras atividades.

Ele aponta ainda que os policiais poderiam, eventualmente, ser considerados profissionais da educação escolar, o que também não é permitido, já que a

Constituição estabelece que essa categoria deve estar sujeita a plano de carreira e ingressar na área por meio de concurso público.

BANDEIRA E REVISÃO

O programa é uma aposta do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), que começou a ganhar forma após ser aprovado pela Assembleia Legislativa em maio. Com o projeto, as escolas que aderirem ao modelo teriam ao menos um PM da reserva como moni-

tor para desenvolver atividades extracurriculares para além das disciplinas tradicionais.

O objetivo do governo estadual com o projeto é promover uma melhora dos índices escolares paulistas. Esse ponto, porém, tem sido criticado por especialistas em educação, que dizem não haver estudos que mostrem que o modelo cívico-militar promova melhor desempenho acadêmico.

Antes da decisão da Justiça ser anunciada, o secretá-

NA REGIÃO

Na Baixada Santista, 12 escolas estaduais demonstraram interesse em aderir ao programa cívico-militar. Confira:

>> Bertoga

- Professor Archimedes Bava
- Professora Maria Aparecida Pinto de Abreu Magno

>> Cubatão

- Afonso Schimidt
- Líncoln Feliciano

>> Guarujá

- Paulo Clemente Santini
- Professor Galvão Moreira
- Prainha Branca

>> Itanhaém

- Dagoberto Nogueira da Fonseca

>> Praia Grande

- Augusto Paes D'Ávila Reverendo
- Adelaide Patrocínio dos Santos
- Professora Marlene Leite da Silva

>> Santos

- Professora Zulmira Campos

rio estadual da Educação de São Paulo, Renato Feder, admitiu pela manhã, em entrevista à Rádio Eldorado, a possibilidade de reverter o programa. Uma consulta sobre a iniciativa foi aberta no dia 1º e será realizada até o dia 15, com votação de alunos, pais e professores. (Estadão Conteúdo)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Brasil Caderno: B Pagina: 2